REGULAMENTO DA UNIDADE CURRICULAR DE PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA DO MESTRADO EM ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO DO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DA MAIA – ISMAI
(PLANO DE ESTUDOS 2015/2016)

Artigo 1º
Natureza

A Unidade Curricular de Prática de Ensino Supervisionada (doravante designada de PES) do Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensino Básico e Secundário do Instituto Universitário da Maia – ISMAI (doravante denominado de ISMAI) integra o Estágio Profissional (doravante designado de EP) e o respetivo Relatório de Estágio (doravante designado de RE), que será motivo de regulamentação própria e reger-se pelas normas da instituição formadora e pela legislação específica, nomeadamente pelo artigo nº 11 do Decreto - Lei 79/2014 de 14 de maio.

Artigo 2º
Objetivo

A PES visa a integração do estudante-estagiário (EE) no exercício da vida profissional de forma progressiva e orientada, pelo desenvolvimento das competências profissionais, do ensino da Educação Física nas seguintes áreas de desempenho:

1. **Organização e Gestão do Ensino e da Aprendizagem;**
2. **Participação na Escola;**
3. **Relações com a Comunidade;**
4. **Desenvolvimento Profissional.**

Artigo 3º
Atividades

1. **As Atividades do Estágio Profissional:**

   a. **Enquadram-se nas Áreas de Desempenho referidas no artigo 2º;**

   b. **Orientam-se pelo conjunto de competências que se relacionam com a participação dos EE na prática de ensino, em sessões cientifico-pedagógicas, em atividades de integração na comunidade escolar e na comunidade envolvente e o desenvolvimento do seu sentido de responsabilidade profissional, capacidade de iniciativa e capacidade de abertura à inovação pedagógica;**
c. Assumem a complexidade das tarefas e das circunstâncias em que os EE atuam e têm em consideração:
   i. A natureza teórica e prática da atividade do professor;
   ii. O facto de o EE ter de ser o sujeito em formação;
   iii. A ambivalência dos papéis de professor e de estudante a que o EE tem de dar resposta;
   iv. O duplo enquadramento institucional do EE na Escola e no ISMAI;
   v. As exigências da elaboração de um RE, nos termos que sejam fixados pelas respetivas normas.

2. Enquadramento normativo das atividades da PES:
   a. O presente Regulamento;
   b. Lei de Bases do Sistema Educativo e as que parcialmente a revogam:
      i. Lei 115/97 de 19 de setembro;
      ii. Lei nº 37/2003 de 22 de agosto;
      iii. Lei nº 49/2005 de 30 de agosto;
   c. Decreto-Lei nº 240/2001 de 30 de agosto;
   d. Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro;
   e. Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março;
   f. Decreto-Lei nº 43/2007, de 22 de fevereiro;
   g. Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de junho;
   h. Decreto-Lei nº 220/2009, de 8 de setembro;
   i. Decreto-Lei nº 115/2013 de 07 de agosto;
   j. Decreto-Lei nº 79/2014 de 14 de maio.

3. Projeto educativo, regulamento interno e o plano anual de atividades dos estabelecimentos de ensino onde se desenvolve a PES.

Artigo 4º

Orientação, Coordenação e Organização da PES:

1. A PES realiza-se nos agrupamentos de escolas do ensino básico e/ou escolas secundárias do território nacional, onde sejam asseguradas as condições previstas no Decreto-Lei nº 79/2014 de 14 de maio.

2. A coordenação da PES realiza-se através do coordenador da PES.

3. A orientação da PES realiza-se através dos:
   a. supervisores do ISMAI;
   b. professores cooperantes.
4. A PES operacionaliza-se em núcleos que se organizam nas escolas, onde os EE são orientados pelo professor cooperante com a supervisão de um docente doutorado do ISMAI, designado por Supervisor.

Artigo 5º
Coordenação da PES

1. O coordenador da PES é designado por proposta do diretor de departamento depois de ouvido o coordenador do ciclo de estudos.

2. São atribuições do coordenador:

a. Assegurar o relacionamento entre os órgãos de gestão pedagógica e científica do ISMAI, as autoridades do sistema educativo e as escolas que asseguram o funcionamento da PES:
   i. Arbitrar e resolver as situações excecionais que decorram do funcionamento da PES, respeitando o enquadramento legal da atividade docente e do ensino superior.

b. Propor ao conselho de gestão do ISMAI e à direção do departamento de Educação Física e Desporto as reuniões necessárias à definição de estratégias e linhas gerais de funcionamento da PES;

c. Coordenar o planeamento, a realização e a avaliação da PES de acordo com o disposto no artigo 24 do Decreto-Lei nº 79/2014 de 14 de Maio;

d. Conceber e fazer aprovar o regulamento da PES, revendo-o no final de cada ano letivo, caso se entenda necessário;

e. Elaborar a planificação anual das atividades da PES, o respetivo calendário e o documento relativo aos critérios de avaliação;

f. Promover e coordenar reuniões com os professores cooperantes pelo menos em quatro momentos do ano letivo:
   i. No início do mês de Setembro (lancamento do ano letivo);
   ii. No início do mês de Fevereiro (avaliação intercalar);
   iii. No início do mês de Maio (preparação da avaliação final);
   iv. No início do mês de Junho (classificação final).

g. Estimular e apoiar as atividades de investigação no âmbito da PES devidamente enquadradidas nas opções estratégicas definidas para o ciclo de estudos;

h. Coordenar o processo de avaliação e classificação de acordo com o disposto no artigo nº 24 do Decreto-Lei 79/2014 de 14 de maio;
i. Elaborar e enviar à direção do departamento e órgãos de gestão pedagógica e científica do ISMAI um relatório anual sobre o funcionamento da PES;

j. Conceber e propor planos de formação dos professores cooperantes, no âmbito da supervisão e orientação pedagógicas de acordo com o disposto no nº 5 do artigo nº23 do Decreto-Lei nº 79/2014 de 14 de maio.

Artigo 6º

Atribuições dos Supervisores

1. Os supervisores são designados por proposta do diretor de departamento, depois de ouvido o coordenador do ciclo de estudos e o coordenador da PES;

2. São atribuições dos supervisores:
   a. Zelar pelo cumprimento do presente regulamento;
   b. Supervisionar o professor cooperante da escola na orientação dos EE:
      i. Supervisionando os EE em todas as áreas a que se refere o Artigo 2º deste Regulamento, de acordo com as orientações emanadas da coordenação;
      ii. Assistindo a, pelo menos, três tempos letivos, distribuídas pelos três períodos letivos e participar nas fases subsequentes de análise e reflexão do trabalho desenvolvido pelo EE nas mesmas.
   c. Apresentar, ao coordenador da PES, ao professor cooperante e aos EE, no início do período letivo das escolas, um plano de observações das aulas de cada EE.
      i. Assistir, sempre que possível, às atividades de âmbito pedagógico e científico promovidas pelos núcleos de EP que supervisiona;
      ii. Participar nas reuniões do núcleo de EP sempre que considere necessário e/ou quando solicitado pelo próprio núcleo;

Artigo 7º

Designação e Atribuições dos Professores Cooperantes

1. A designação dos professores cooperantes far-se-á de acordo com o disposto no artigo nº 23 do Decreto-Lei nº79/2014 de 14 de Maio.

2. São atribuições do professor cooperante da Escola:
   a. Zelar pelo cumprimento do atual regulamento;
   b. Orientar os EE:
i. Desenvolver atividades pedagógicas com os EE em todas as áreas a que se refere o artigo 2º deste Regulamento, de acordo com as orientações emanadas pela coordenação;

ii. Assistir a todas as aulas dos EE e orientando a análise e reflexão subsequentes;

iii. Emitir pareceres sobre a avaliação e classificação dos EE, de acordo com o disposto no artigo nº 24 do Decreto-Lei nº 79/2014 de 14 de Maio;

c. Participar nas reuniões previstas na alínea f) do artigo 5º deste Regulamento;

d. Participar em eventuais reuniões de trabalho e ações de formação propostas pelo coordenador do ciclo de estudos, pelo coordenador da PES e/ou pelos respetivos supervisores;

e. Propor sugestões de melhoria de funcionamento da PES;

f. Acompanhar e orientar a elaboração do RC dos EE;

g. Assinar a respectiva declaração de conformidade do RC;

h. Acompanhar e orientar os EE na realização e apresentação do seminário na escola.

Artigo 8º
Atribuições do EE

1. O EE desenvolve a sua atividade individualmente ou em grupo e no contexto do núcleo de EP em que se insere;

2. As atribuições do EE são:

   a. Participar na planificação, organização e realização das atividades do seu núcleo de EP;

   b. Prestar o serviço docente que o professor cooperante lhe distribuir;

   c. Assistir a todas as aulas do professor cooperante e, consequentemente, as de todos os outros EE;

   d. Realizar as tarefas de apoio à direção de turma, se para tal for designado pelo professor cooperante;

   e. Participar nas atividades educativas que constem do plano de atividades do núcleo de EP, sempre que solicitado pelo professor cooperante, tanto no âmbito da escola como no da relação da escola com a comunidade;

   f. Participar nas atividades de âmbito científico e pedagógico, realizadas no núcleo de EP, na escola onde este funciona e no ISMAI;
g. Elaborar e manter atualizado o seu dossiê de EP, com os documentos produzidos nesse âmbito;

h. Elaborar, sob a orientação do Supervisor/Professor Cooperante do ISMAI, no final da PES, o respetivo RE.

Artigo 9º

Acesso à PES

1. Poderão inscrever-se na PES os EE que reúnam as condições definidas na lei e no regulamento geral do ciclo de estudos;

2. A inscrição na PES é feita no Gabinete de Pós-Graduações do ISMAI, em data a fixar, logo após a receção da listagem das escolas cooperantes, pela coordenação da PES;

3. A colocação dos EE nas escolas é feita de acordo com os seguintes critérios:
   
   i. Número mais elevado de Unidades Curriculares concluídas;
   
   ii. Número mais elevado de ECTS;
   
   iii. Média ponderada mais elevada;
   
   iv. Idade do candidato, dando preferência ao mais idoso.

4. As situações excepcionais serão analisadas e decididas pela coordenação do ciclo de estudos e da PES.

Artigo 10º

Funcionamento da PES

1. A organização da PES, a cargo da respetiva coordenação, deve, sempre que possível, estar concluída até 30 de Julho, garantindo a apresentação atempada do EE nas escolas cooperantes, no início de Setembro;

2. Para este efeito, a coordenação realizará as reuniões necessárias à preparação do próximo ano letivo, durante os meses de Junho e Julho;

3. As atividades da PES iniciam-se no dia 1 de Setembro e terminam a 31 de Maio

4. As reuniões da coordenação com os professores cooperantes podem decorrer:
   a. Em plenário;
   b. Por grupos de professores cooperantes, coordenados pelos respetivos supervisores.

5. No início do mês de Setembro a coordenação reunirá com os EE, no ISMAI, para distribuição e discussão do presente regulamento;

6. Até final do mês de Julho, o ISMAI, comunicará às respetivas Direções Regionais de Educação a relação dos EE colocados em cada escola cooperante;
7. Até 31 de Agosto deverão os EE levantar na secretaria do ISMAI uma credencial para apresentar ao diretor da escola onde vão estagiar;
O EE deve apresentar-se na escola onde vai estagiar até ao dia 1 de Setembro.

Artigo 11º
Relatório de Estágio

A realização do Relatório de Estágio (RE), integrado PES, deve traduzir a experiência da PES evidenciando o desenvolvimento profissional do estagiário no contexto de prática.

Artigo 12º
Orientação do Relatório de Estágio

Sem prejuízo do disposto no regulamento geral dos cursos de 2º ciclo de estudos do ISMAI no caso do Mestrado de Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário o RE é orientado ao longo do ano pelo professor cooperante com supervisão de um docente do ISMAI designado para acompanhar a PES na escola cooperante.

Artigo 13º
Apresentação e entrega do relatório de estágio, nomeação do júri e data da defesa

As normas orientadoras da apresentação e entrega do relatório de estágio, nomeação do júri e data da defesa encontram-se definidas no artigo 21º do regulamento geral dos cursos de 2º ciclo de estudos.

Artigo 14º
Composição e funcionamento do júri do relatório de estágio

As normas orientadoras da composição e funcionamento do júri do relatório de estágio apresentação e entrega relatório, nomeação do júri e data da defesa e encontram-se definidas no regulamento geral dos cursos de segundo ciclo.
Artigo 15º
Regras sobre as provas de defesa do relatório de estágio

As regras sobre as provas de defesa do RE encontram-se definidas no artigo 23º do regulamento geral dos cursos de 2º ciclo de estudos.

Artigo 16º
Reingresso na PES

Se o EE não obtiver aprovação ou não tiver cumprido o estipulado nos artigos nº 13 e nº15, poderá proceder à candidatura de uma nova edição da PES através de pedido de reingresso. Este preceito só pode ser utilizado uma vez.

Artigo 17º
Avaliação

De acordo com a legislação aplicável (Decreto-Lei 79/2014 de 14 de maio) a avaliação do desempenho dos estudantes na PES é realizada pelo docente do estabelecimento de ensino superior responsável pela unidade curricular PES que terá em consideração a informação recebida do professor cooperante e do Coordenador do Conselho de Docentes da Escola, ou de quem as suas vezes fizerem;

1. A classificação final da PES é atribuída, tendo em conta as seguintes ponderações:
   a. PES – 60%;
   b. Relatório de Estágio – 40%;

A classificação é expressa por um valor inteiro de zero (0) a vinte (20), tomando como unidade de aproximação a fração não inferior a cinco (5) décimas.

Artigo 18º
Casos omissos

Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela legislação aplicável ou pelos órgãos competentes do ISMAI.
Artigo 19º
Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor depois de ser aprovado em Comissão Científica e Pedagógica do ciclo de estudos Homologado pelo Reitor e publicitado no sistema de informação da instituição devidamente datado, para o ano letivo 2015/2016.